



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 2/2012

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL 2012

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Presidente da Junta de Freguesia de Penalobo
Eurico Pires Manso
Pedro Joaquim Hilário Valente Neves Cardoso

JUSTIFICARAM A FALTA:

Elisabete Simão Esteves
Ana Domingues Vilardell Viñolas
Joaquim Lourenço da Brázia
Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



- ❖ Às vinte horas e quinze minutos, dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal e o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou **aberta a sessão**. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/02/2012

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse, que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia, pelo que depois de feitas as alterações e/ou correções julgadas necessárias a poria à votação. Feitas as correções o **Presidente da Assembleia** pôs a ata à votação que foi **aprovada**, por maioria, com 2 abstenções. -----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao 1º Secretário que deu conhecimento do seguinte expediente:

- Carta do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local sobre o “*Pedido de elementos relativos ao número de trabalhadores que na Administração Local auferem vencimento igual à Retribuição Mínima Mensal Garantida – 485€*”;
- Carta da FENPROF- Federação Nacional de Professores, sobre a “*Constituição de Grandes Agrupamentos de Escolas*”;
- Ofício do Município de Mirandela sobre “*Debate sobre Assembleias Municipais*”;
- Reunião do **Conselho Municipal de Educação** realizado no dia 29/03/2012;
- E-mail da CCDRC sobre uma reunião realizada no dia 20/03/2012 sobre “*Proposta de Lei da Reorganização Administrativa Autárquica*”;
- Ofício da Assembleia Municipal de Guarda a enviar cópia das moções aprovadas na sessão ordinária realizada a 24/02/2012;
- Ofício da Assembleia Municipal de Trancoso a enviar cópia da moção aprovada na sessão de 28/12/2011 sobre a “*Introdução de portagens na A23 e A25*”. -----



Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que tinham chegado à Mesa 3 Moções. Assim leu o conteúdo da **primeira moção** apresentada pelo **Grupo do Partido Socialista** sobre “O 25 de ABRIL” que se transcreve:

“Moção

Comemorar hoje o 25 de Abril de 1974, é comemorar o dia em que o povo português acreditou que, era possível construir com as suas mãos e a sua vontade coletiva um Portugal melhor, mais desenvolvido, democrático e em paz!

E, olhando para o Portugal de Abril, e o Portugal de hoje, muito caminho foi feito mas, muito caminho há ainda para percorrer. E, quando nos vêm dizer que a situação atual de Portugal é fruto de tudo o que a luta e o crer de um povo conseguiu, não podemos deixar de reafirmar a nossa adesão aos ideais de abril, e a nossa vontade de ao lado de todos, lutar para que, não seja mais possível retornar a um passado que não queremos!

Por isso, este não é um momento de desistir ou de acreditar em cantos de sereia. Abdicar dos dedos para que, alguns, poucos, fiquem com os nossos anéis, eis o que o liberalismo selvagem que hoje domina Portugal e a Europa quer que acreditemos que aí está a nossa salvação. A esses, temos de dizer que a culpa do que está a acontecer é sobretudo deles e, não nossa! Por tudo isso o Partido Político do Partido Socialista, na Assembleia Municipal do Sabugal, manifesta a sua solidariedade e agradecimento para com todos os portugueses, fardados ou não, que, contribuíram para que, acontecesse o 25/04/1974 mas, e sobretudo coloca-se ao lado de todos os que continuam a acreditar e a lutar para tornar real um Portugal melhor. E nas vésperas de mais um dia do trabalhador, declaramos a nossa solidariedade com as centenas de milhares de portugueses atirados para a situação de desemprego, apoiando sem qualquer hesitação a luta que todos os trabalhadores estão a desenvolver pela defesa dos direitos adquiridos nas últimas décadas”. -----

Não havendo qualquer intervenção o Presidente da Assembleia pôs a Moção a votação, que foi **aprovada**, por maioria, com uma abstenção.-----

A **segunda** moção apresentada pelo **Grupo Político da CDU** também sobre “ O 25 de ABRIL” que se transcreve:

“Moção

Comemorar a revolução de Abril é, nas atuais circunstâncias políticas e sociais, um imperativo de que os defensores dos valores matriciais da revolução portuguesa não se podem demitir.



Há 38 anos um grupo de jovens militares, interpretando o sentimento do povo português, teve a coragem e a ousadia necessárias para pôr fim a 48 anos de ditadura e devolver aos portugueses a liberdade sonhada por muitas gerações.

Há 38 anos, esses jovens militares foram capazes da rutura necessária que encheu de esperança e trouxe uma vida mais digna à maioria do povo português.

Com a Revolução de Abril, não foi conquistada apenas a liberdade e a democracia política. Criaram-se condições para notáveis avanços civilizacionais ao nível dos direitos dos trabalhadores, do acesso à saúde e à educação, da melhoria das condições de vida do povo português, valores inscritos na Constituição da República, promulgada em 1976.

Trinta e oito anos depois, muitas das conquistas e avanços obtidos com a revolução, são hoje postos em causa e a própria lei fundamental parece suspensa em matérias tão importantes como o direito ao trabalho e o direito à saúde.

Tal como há 38 anos é hoje necessária a coragem e ousadia para romper com as inevitabilidades e soluções únicas que agravam as condições de vida da maioria dos portugueses.

Comemorar Abril é também exigir o regresso ao caminho que os jovens militares abriram e que o Povo português começou a desbravar a partir da madrugada libertadora de 1974". -----

De seguida o **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

João Manata que depois de cumprimentar os presentes disse: “ *Comemorámos mais um aniversário do dia da liberdade num tempo marcado pela intensificação da furiosa ofensiva contra Abril e as suas conquistas, assumindo contornos de um assalto final a tudo o que a revolução de abril nos trouxe de positivo, avançado, moderno e progressista.*

Entretanto às políticas nefastas que têm vindo a devastar o Portugal de Abril, juntou-se, de há 1 ano a esta parte, a TROICA, que se propôs destruir tudo o que resta das suas conquistas, trazendo mais desemprego e mais exploração, abrindo alas aos aumentos desenfreados de todos os bens essenciais, destruindo o serviço nacional de saúde, o poder local democrático, cortando nas pensões, salários e reformas, aumentando a pobreza, a miséria e a fome, roubando pedaços significativos da independência, e da soberania nacionais, roubando direitos, liberdades e garantias aos trabalhadores e ao país.



A Revolução de Abril foi o momento mais luminoso da história de Portugal, tempo de alegria coletiva, de povo nas ruas, a despedaçar algumas mordanças, a conquistar a liberdade, exercendo-a e conferindo-lhe o seu verdadeiro e amplo significado, juntando-lhe os direitos que a distinguem da falsa liberdade.

Tempo de afirmação entusiástica e conseqüente defesa do interesse nacional que, é o interesse do povo português no quadro da soberania de Portugal.

Tempo de início da construção de um tempo novo de justiça social e da mais avançada democracia alguma vez existente em Portugal que, viria a ser consagrada na Constituição da República Portuguesa de 1976.

E se é verdade que já foram destruídas partes das conquistas de Abril, mais verdade é que Abril continua vivo e a apontar para o futuro de Portugal, com a certeza de que Abril, os seus valores, as suas conquistas e transformações hão- de fazer parte do nosso dever coletivo.

Assim a luta contra a política de afundamento nacional, é uma luta por Abril e é por isso uma luta que com coragem, determinação e confiança, venceremos.

Viva o 25 de Abril!"-----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade. -----

A **terceira** Moção apresentada também pelo **Grupo Político da CDU** sobre a extinção de freguesias, que se transcreve:

“CONTRA A EXTINÇÃO DE FREGUESIAS EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril, com os votos favoráveis do PSD e CDS a proposta de lei n.º 44/12 que, aponta para a extinção de centenas de freguesias. Essa legislação a ser promulgada pelo Presidente da República e, a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local.

Considerando que, ao contrário do anunciado reforço da coesão, o que daqui resultaria seria mais assimetrias e desigualdades, juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos em áreas urbanas ou rurais, traduzir-se-ia em mais atração para os primeiros, os que sobreviverão como freguesias e, mais abandono dos segundos, os que verão as suas freguesias liquidadas, ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem, e menos pode.



Considerando que ao contrário dos ganhos de eficiência e de escala que resultariam da libertação de recursos financeiros, o que estará será menos proximidade e resposta direta aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis, para além do novo corte das verbas do OE previstas para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias agregadas, sairia do montante global do FFF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias e, mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios.

Considerando qualquer Reforma Administrativa do território que se pretendesse séria, deveria ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências que, hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização que, se pretenda coerente a uma Reforma da Administração Pública racional, ao desenvolvimento económico, regional e à defesa da autonomia municipal.

Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento de Estado, 01% do total, e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo, atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais.

Considerando que, a liquidação de centenas de freguesias, representaria um enorme empobrecimento democrático, traduzido na redução de mais de 20.000 eleitos, enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que, a presença de órgãos autárquicos assegura. O aprofundamento das assimetrias e perda de coesão territorial, social e económica. O abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e, ainda mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público, milhares de trabalhadores das Freguesias extintas, cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade.

Considerando que, a manifestação nacional de freguesias do dia 31/03/2012, convocada pela ANAFRE e por plataformas contra a liquidação das Freguesias constituem uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respetivos órgãos autárquicos, tal como já o foram o congresso da ANAFRE em 02 e 03 de dezembro de 2011, o encontro nacional de freguesias de 10/03/2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento conjuntas ou de cada Freguesia de cada Município, a Assembleia Municipal do sabugal, reunida em 27/04/2012, delibera:

- 1. Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de liquidação de Freguesias, e afirmar a defesa do atual número de Freguesias, por aquilo que representam para as populações, com*



reforço das suas competências e meios financeiros. Nenhum órgão autárquico foi eleito com um mandato para liquidar freguesias;

- 2. Apelar à Câmara Municipal do Sabugal para, recusar ser cúmplice da liquidação de freguesias no nosso concelho, não aceitando a chantagem da eventual solução das freguesias a extinguir, como já se insinua, hoje é a liquidação de freguesias, amanhã serão os municípios;*
- 3. Exortar a ANAFRE e a ANMP a não pactuarem com esse processo, não indicando representantes para a chamada unidade técnica;*
- 4. Reivindicar o Presidente da República a não promulgação desta legislação, em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais, em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento interior, e em defesa da identidade local;*
- 5. Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, o movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e diversas ações, contra a extinção de freguesias e defesa do poder local democrático.*

Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal. João Carlos Taborda Manata. João Manuel Aristides Duarte". -----

De seguida o **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa que depois de cumprimentar os presentes disse: *Em relação a esta Moção, julgo que as freguesias que se têm que agregar (aquelas com menos de 150 habitantes, que no Concelho são 11), caso não se pronunciem sobre o seu futuro, julgo que deveria ser o governo a fazê-lo. Acho que não deveria ser a Câmara ou a Assembleia Municipal a tomar essa decisão. Deveria ser a tal Unidade Técnica, criada pelo Governo a decidir. É apenas a minha opinião.*

António Gata depois de cumprimentar os presentes disse: *“vou votar a favor desta Moção e acrescento mais duas ou três ideias. A primeira, e isto para ser coerente comigo próprio, voltar a deixar presente que estranho que esta casa continue a não agendar este tema, continuando a não perceber porquê. Não entendo!!*

Na assembleia passada, deixei algumas ideias das razões porque não há nada de objetivo, nem plausível para que as freguesias mais pequenas terminem. Ideias que demonstram que isso não traz nada de novo economicamente ao país, e, hoje, vou deixar mais uma. Não contesto a legalidade....



mas, por exemplo, falando de câmaras e de vereadores: um vereador que, por qualquer razão, deixe de residir no concelho, vá residir para Viana do Castelo, para o Porto ou para Faro, é o erário camarário que passa a suportar a despesa da vinda do vereador às reuniões da câmara. Isso fica mais caro do que meia dúzia de Presidentes de Junta.” -----

Francisco Barrios depois de cumprimentar os presentes disse: “*vou também votar a favor desta Moção, acrescentando apenas que acho um escândalo o governo meter-se com problemas de Juntas de Freguesia, por três membros das Juntas que, recebem não sei quanto...*

É que, indivíduos que agora têm responsabilidades no governo, quando eram da oposição ... li uma vez no Diário de Notícias, que um desses indivíduos, que hoje pertence ao Governo, entendia que era preciso acabar com câmaras municipais, porque em 50 kms, na A23, se passava por 10 concelhos. O que me admira é que o Governo se meta só com o elo mais fraco.

Toda a gente sabe que há câmaras e não muito longe, que têm apenas duas freguesias, e essas não podem acabar. Também não estamos em pleno Alentejo. Há logo concelhos ali perto. Estou à vontade porque tenho a certeza que o concelho do Sabugal não acabaria. Quer dizer, com a parte mais forte não se metem, metem-se com a parte mais fraca, o que é vergonhoso”. -----

Manuel Rito tomou a palavra para dizer “*vou votar contra. Parece que toda a gente se esquece que a ameaça é que se não se pronunciarem os interessados, é por “ régua e esquadro” no Terreiro do Paço, como costuma ser. Não sei se será a melhor solução. Ninguém sabe o que para aí vem, porque, sendo por “régua e esquadro”, conhecem tão bem o território... eles estão habituados a isto, devem fazer um lindo serviço. Portanto, com seriedade, acho que nos deveríamos debruçar sobre o assunto. Se entendem que é melhor com “regra e esquadro”... paciência, o tempo o dirá.”-----*

Retomando a palavra e não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 3 votos contra, 17 abstenções e 43 votos a favor.

Depois de aprovada a moção o **Presidente da Assembleia** disse: “*agarrando nesta oportunidade, naturalmente o Presidente da Assembleia não está desatento daquilo que se está a passar, nem o Presidente da Assembleia Municipal nem neste caso concreto o Presidente da Câmara Municipal, com quem tenho vindo a concertar uma posição institucional face a esta questão.*

Foi, como todos sabem, aprovada a lei 44/XII que, estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros de reorganização administrativa territorial autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo. Embora esta lei ainda não esteja

em vigor, pois falta a assinatura do Presidente da República e a sua publicação em Diário da República, foi-vos distribuída a versão aprovada.

Queria aqui indicar a metodologia que, pensava seguir, no sentido de não obrigar à realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária. Isto porque, quando a lei for publicada em diário da república, as Assembleias Municipais têm 90 dias para se pronunciar e, portanto se ela for publicada nestes próximos dias, a próxima Assembleia Municipal de Junho, sessão ordinária, podia perfeitamente ser uma sessão em que nós nos debruçássemos sobre esse assunto, sem termos que estar a convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária. Da leitura da lei que fiz, e que aconselho também a ler aos que ainda não leram, salientava os seguintes aspetos principais, no que diz respeito aos parâmetros de agregação:

1. Alínea: c) do n° 1 do Art° 6° que diz

*” Em cada município de Nível 3, (nível onde se integra o Município do Sabugal) **uma redução global do respetivo número de freguesias correspondente a, no mínimo, 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente contíguos** (situação que não se aplica ao nosso Concelho), e 25% do número das outras freguesias.*

2. n° 2 do mesmo Art° 6° que diz:

“Da reorganização administrativa do território das freguesias não pode resultar a existência de freguesias com um número inferior a 150 habitantes.”

A leitura destes pontos, associada aos resultados dos censos de 2011, permite concluir que a Lei exigiria que as Freguesias de: Aldeia da Ribeira (131 habitantes), Badamalos (96), Forcalhos (89), Lomba (57), Moita (103), Pena Lobo (141), Ruivós (70), Ruvina (112), Vale das Éguas (39), Vale Longo (48). e Vilar Maior (121) iniciassem o processo de agregação.

*A intervenção do Presidente da Assembleia foi interrompida por **Manuel Rito** que disse: “então a Assembleia acaba de aprovar uma moção em que repudia a reorganização e, depois de aprovar essa moção é que vamos começar a discuti-la para votar em sentido contrário ao que votámos? Para mim não faz sentido.-----*

Presidente da Assembleia *“vou acabar de ler o que a lei diz, porque o facto de a Assembleia ter aprovado esta Moção, para mim ainda não respondeu a uma questão essencial, que é o facto de a*

Assembleia Municipal formalmente se ter que pronunciar. Não, desculpe, não pode fazer uma pronúncia de uma coisa que não existe, que é a lei. A lei foi aprovada mas não está publicada.

A Lei define ainda como o processo deve ser desenvolvido, salientando os seguintes aspectos:

Intervenção das Assembleias de Freguesia:

*“As assembleias de freguesia **apresentam** pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, os quais, quando conformes com os princípios e os parâmetros definidos no presente diploma, devem ser ponderados pela assembleia municipal no quadro da preparação da sua pronúncia.” (nº 4 do Artº 11º)*

Intervenção da Assembleia Municipal:

*“A assembleia municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, respeitando os parâmetros de agregação e considerando os princípios e as orientações estratégicas **definidos na presente lei.**” (nº 1 do Artº 11º), que passa a ser a “Pronúncia da Assembleia Municipal”*

Esta pronúncia deverá ser entregue à Assembleia Municipal até 90 dias após a entrada em vigor da Lei (Artº 12º).

No caso de a Assembleia Municipal não se pronunciar ou o seu pronunciamento estiver em desconformidade com esta Lei, será uma Unidade Técnica criada na Assembleia da República, a definir os termos da agregação de Freguesias.

A proposta da Unidade Técnica será submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

Intervenção da Câmara Municipal:

Sempre que câmara municipal não exerça a iniciativa para a deliberação da Assembleia Municipal deve apresentar à assembleia municipal um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município.

Consequências

A participação no Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) da freguesia criada por agregação é aumentada em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação.

Exceptua-se do disposto no número anterior a criação de freguesias por efeito da agregação que não resulte de pronúncia da assembleia municipal.



Portanto, isto, meus senhores, é o que diz a lei, e portanto naturalmente, no meu entendimento a Moção que foi aqui aprovada é uma Moção que reflete o sentido desta Assembleia Municipal e seus deputados, não podendo ser transformada na pronúncia que a Assembleia Municipal formalmente tem que exercer e, que pode ser a mesma da Moção que foi aprovada ou pode ser outra diferente mas, isso só depois da legislação aprovada.

E, por isso é que a metodologia que, eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal e depois de ter conversado com o Senhor Presidente de Câmara, naturalmente a quem pedirei depois para intervir se quiser juntar mais alguma coisa. A proposta de metodologia que apresento é a seguinte:

- 1. Logo que publicada a Lei, a Mesa da Assembleia solicitará aos Srs. Presidentes de todas as Assembleias de Freguesia que iniciem um processo de análise e tomada de posição face ao conteúdo da mesma.*
- 2. Solicitar igualmente aos Grupos Políticos representados na Assembleia Municipal – PSD, PS, MPT, CDU e CDS -, a definição da sua posição e correspondentes propostas para cumprimento da legislação.*
- 3. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que inicie igualmente um processo de análise em sede de Executivo Municipal, definidor de uma posição face à aplicação da Lei.*
- 4. Após a recepção dos pareceres e propostas dos Grupos Políticos, Executivo Municipal e Assembleias de Freguesia, realização de uma reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal para elaboração da proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal a submeter a discussão e aprovação na Assembleia Municipal de Junho de 2012.*

Nesta reunião, e se tal se justificar, poderá ser solicitada a presença dos Presidentes das Assembleias e das Juntas de Freguesia envolvidas no processo de agregação.

Era esta a metodologia que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal pretendia que fosse seguida. Sr. Presidente não sei se quer acrescentar mais alguma coisa a isto. Está de acordo, pronto. E, portanto, era esta a metodologia que nos permitia responder à lei por um lado e por outro lado nos permitia fazer isto, fazer todo este processo sem a necessidade de convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária”. -----

António Miranda Serra depois de cumprimentar os presentes disse: “quero manifestar o meu total acordo com a posição e com a metodologia apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia. Acho que é um procedimento correto, transparente e aberto. Tem que haver participação, e o facto de hoje



termos aqui aprovado esta Moção apresentada pela CDU, é um estado de espírito da Assembleia. É manifesta a nossa posição em termos emocionais, mas vamos ter que agir e tomar decisões, e aqui, dou razão ao senhor Manuel Rito. Vamos ter que ser nós a decidir e não outros a fazê-lo por nós. Ou nós agimos e atuamos de acordo com os nossos interesses ou eles cortam a direito.”-----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos a este ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo perguntado quem pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que depois de cumprimentar os presentes disse que apesar de a agenda estar sobrecarregada, não se abstinha de proferir umas palavras de exaltação ao “**25 DE ABRIL DE 1974**” Assim disse:

- *“ Uma nova geração de políticos está a ganhar espaço à medida que os líderes do pós revolução dos Cravos vão definhando, à medida que a lei de limitação dos mandatos autárquicos obriga à passagem do testemunho num número crescente de autarquias.*
- *Assim, o Primeiro Ministro, Dr. Passos Coelho, tudo o indica, pretende lançar a ideologia autoritária e arrogante dum neoliberalismo que esfume o regime saído de Abril.*
- *Facto que, quem tenha um mínimo de cultura política, desde os seus primeiros passos no governo, se apercebeu do rumo traçado, aliás, bem espelhado, no seu empenhamento em lançar medidas que preconizam o afastamento do Estado da economia, generalização do mercado livre a todos os setores, corte dos gastos sociais, encapotada repressão às greves e sindicatos, aumento da desigualdade entre funcionários, aumento do desemprego, (questões necessárias para lubrificar o sistema liberal).*
- *Conforme a Cartilha Liberal (padrão de comportamento e maneira de ser), não se importa que esse neoliberalismo desemboque na privatização de tudo o que dá lucro e na nacionalização de tudo o que dá prejuízo. Os prejuízos são para serem pagos pela maioria de nós e os lucros são só para alguns.*
- *A cartilha liberal serve apenas os interesses de uma pequena parte da população, os super-ricos, que domaram o sistema político para impor um sistema económico conforme os seus interesses que, raras vezes, são comuns aos interesses da maioria da população.*
- *A maior recessão de sempre em Portugal, onde se previa de 2,2 por cento no corrente ano de 2012, vai galgando terreno, sendo revista para 2,8 por cento, 3 por cento e, recentemente, 3,1 por cento. Poderá aumentar ainda mais, se forem tomadas medidas adicionais de austeridade.*



- Já estamos numa espiral de mais medidas de austeridade, mais crise, necessidade de mais receitas para cumprir o défice porque a economia derrapa, mais austeridade, mais crise, mais défice, mais..., mas isto torna o povo fera e como fera destroça, traga os seus líderes.
- Entretanto, vão disfarçando a ausência das reformas prometidas com o corte das tão propaladas gorduras do Estado. Enquanto a primeira medida é entregar serviços e bens públicos aos privados nacionais e estrangeiros. A segunda é o ataque aos trabalhadores: corte de subsídios, aumento do horário de trabalho, facilitação dos despedimentos, etc.
- Serão estes os pressupostos que, por certo, estariam na tomada da decisão “da não participação dos obreiros da revolução de Abri na cerimónia do 38º aniversário, que projetavam para o futuro dos portugueses uma sociedade mais justa e feliz, que erradicasse do solo pátrio a pobreza e as desigualdades sociais, sombras que marcaram o evento.
- Tomada de posição que não condeno nem defendo, porque está dentro da esfera da liberdade e todos somos livres
- Mas, também, não defendo a tese de mergulhar na piscina até bater com a cabeça no fundo e emergir depois, todo escanzelado. Logo, também, é meu dever tomar uma posição cívica e política ativa na defesa dos princípios conquistados em Abril de 74.
- A pergunta impõe-se: há alternativa? Os chefes militares de Abril dizem não ser este o caminho idealizado e traçado pela revolução, sendo este um desvio ao espírito dessa governação com consequências graves para o regime democrático instituído.
- Eis chegado o tempo de pensarmos todos a uma só voz. Olhar em frente. Mesmo que toldados por divergências de como se deveria ter feito ou agido, com mais ou menos clarividência no futuro, contribuir para inverter a situação, ultrapassando a apatia e as inevitabilidades entre e com todos, concentrados e confiantes.
- Parece difícil, e será! Mas nunca é difícil, se considerarmos que é o nosso dever.

VIVA O 25 DE ABRIL! VIVA A DEMOCRACIA!”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Sabugal que depois de cumprimentar os presentes disse que na última Assembleia se tinha falado no encerramento de tribunais e que o Sabugal também estaria para fechar. Assim pediu ao Presidente da Câmara para que, quando soubesse de alguma coisa, lhe dissesse. Acrescentou ainda que, numa conversa tida com alguém, lhe tinha sido dito que onde fechassem tribunais fechariam também repartições de finanças, tendo perguntado se o Presidente da Câmara tinha conhecimento desse facto.-----

João Manata tomou a palavra para dizer que corria um rumor de que as obras do rio estavam paradas por causa de uns terrenos e, por isso, queria que o senhor Presidente o esclarecesse. Perguntou ainda o que a Câmara pensava fazer no terreno terraplanado ao lado do museu, uma vez que tinham sido demolidas as casas em ruínas que aí se encontravam.



Mais uma vez, falou do corte das árvores do largo junto ao edifício da Câmara e disse: “ o senhor Presidente tinha dito que estavam velhas e acredito. Havia também um arbusto bonito, junto ao quiosque, também de repente alguém deu com a motosserra naquilo, e lá vai aquilo para o “galheiro”.

Deve haver alguém alérgico a árvores, porque de facto em vez de se embelezar, torna-se a coisa feia. Também é uma opção política. Só espero que câmara não comece a entrar na onda destruidora do Governo. Já agora vamos preservar alguma coisa.”-----

Joaquim Carreto depois de cumprimentar os presentes disse: “ *estranho ainda não ter havido ninguém na Assembleia que se tenha lembrado do falecimento de um grande lutador pelas ideias de Abril que, passou por diversos partidos. Começou no Partido Comunista e acabou no Bloco de Esquerda, o Eurodeputado Miguel Portas e que recebeu a simpatia do Parlamento Europeu. Estranho que nós os portugueses, não lhe tenhamos dado essa simpatia e não reconheçamos o trabalho que desenvolveu antes do 25 de Abril, e o que sofreu e lutou nas hostes do partido comunista pelo 25 de Abril, pela liberdade, propunha um minuto de silêncio pelo seu falecimento*”. -----

De seguida o **Presidente da Assembleia** disse que face à proposta do membro da assembleia Joaquim Carreto, e não havendo qualquer impedimento, se faria um **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo falecimento do eurodeputado **Miguel Portas**. Assim, foi aberto um período de intervenções, tendo sido dada a palavra a:-----

João Manata tomou a palavra para dizer que a CDU se associaria ao voto de pesar, e seria um lapso a assembleia não se pronunciar. Aproveitou para dizer que o Dr. Miguel Portas não tinha passado por vários partidos. Tinha sido militante do Partido Comunista Português, e, depois, de uma associação - Política XXI, que viria mais tarde a formar o Bloco de Esquerda. -----

António Miranda Serra tomando a palavra disse: “*Falo apenas por mim. Vou-me associar a este voto de pesar. Sou sincero, não conhecia muito a pessoa do Miguel Portas. Via-o apenas como uma figura do Bloco de Esquerda mas, há dias, ainda em vida, tive oportunidade de ler umas entrevistas que ele deu, e realmente vi a sua dimensão humana. Merece a minha admiração*”.-----

Não tendo havido qualquer objecção foi guardado **UM MINUTO DE SILÊNCIO**. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** deu continuidade do desenrolar dos trabalhos. Assim foi dada a palavra a:-----



Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa para falar num assunto referente às Juntas de Freguesia. Não era porta-voz de ninguém, apenas falava em seu nome e queria manifestar o seu descontentamento pelo seguinte: “ *Em 2011 fomos presenteados, digamos assim, com uma oferta de 10.000,00€ extra, para a Junta de Freguesia onde se realizasse a reunião de Câmara. Também nos foi dito que teríamos que gastar as verbas de capital desse ano e os 10.000,00€ até final de dezembro, caso contrário não receberíamos.*

Ora, na minha freguesia, e se calhar em mais algumas, fez-se obra, contando com esse dinheiro. Como se não bastasse, não receber os 10.000,00€, solicitámos delegação de competências, agora noutros moldes, com muitos mais papéis, e estamos em finais de Abril! Obra feita em novembro, dezembro e 10.000,00€, nada! Delegações de Competências, zero! Não sei o que se está a passar. Tenho visto as atas das reuniões de Câmara e ainda não vi delegação de competências para nenhuma freguesia. Quatro meses do ano sem delegações de competências! Queria apenas que o senhor Presidente me dissesse o que se passa com as delegações de competências e com os 10.000,00€.”-----

José António Galhano, depois de cumprimentar os presentes disse: “ *Em primeiro lugar queria felicitar a Junta dos Fóios, em especial o professor José Manuel, e o respetivo executivo relativamente às últimas duas obras que se inauguraram nos Foios: as Portas do Côa e o Tanque de Combate aos Incêndios. É mais uma janela que se abre para o concelho do Sabugal e em especial para os Foios.*

Em segundo lugar, vou-me referir novamente às capeias arraianas.

Já nas últimas assembleias falei na segurança que os intervenientes têm na Capeia Arraiana. Temos as Capeias à porta e até agora, que eu saiba, ainda nada foi feito. É um assunto sério, e acho que não custa muito criar as condições necessárias, tal como referi em anteriores assembleias. Um pedido que faço ao executivo, é para não banalizar a Capeia Arraiana porque, ultimamente, acho que se anda a banalizar a Capeia Arraiana, sob certos aspetos.

O último assunto que queria abordar é relativamente às convocatórias da Assembleia Municipal. Era para ver se haveria possibilidade de chegarem um bocadinho mais cedo. Apenas recebi a convocatória na terça-feira, e como não vivo nos Foios, é um bocado aborrecido, digamos assim. Pelo menos 8 dias antes estava bem.”-----

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia**, relativamente ao envio das convocatórias, disse que estas eram enviadas com pelo menos 8 dias de antecedência, conforme legislação em vigor. Tentar-se-ia que de futuro, fossem enviadas com 10 dias de antecedência. Por vezes, a própria ordem do dia

estava sujeita ao “timing” das reuniões de câmara, podendo por isso atrasar-se um dia ou dois o envio da convocatória para permitir incluir os assuntos aprovados em reunião de Câmara. -----

António Gata, depois de cumprimentar os presentes disse: *“Hoje vou-me dirigir diretamente a um membro desta assembleia. Faz hoje precisamente um ano que nesta Assembleia Municipal fiz uma intervenção onde falei de turismo, e falei de que o caravanismo também é uma atividade com um grande potencial no nosso concelho. Algumas pessoas sorriram, outras riram, outras olharam com desdém. Mas uma coisa é verdade. Há uma pessoa nesta assembleia que acreditou e o que é facto é que a obra existe. Vi fotografias de um espaço grande cheio de autocaravanas, o que quer dizer que, a terra estava cheia de gente. É com estas pequenas iniciativas que se fazem grandes obras.*

Dizia e muito bem, o professor José Manuel e, daqui, lhe dou os meus parabéns, que todos os queijos que havia nos Foios foram vendidos. Venderam-se todos os queijos e com certeza que os bares da terra também fizeram bastante negócio. É facto que este tipo de turistas, não vai aos hotéis nem aos restaurantes de nomeada, mas vêm ao concelho e deixam cá o que nós precisamos: gente durante alguns dias e divisas para as pessoas que cá estão. Repito, parabéns professor José Manuel.

Uma segunda questão: Tive conhecimento de que um grupo de pessoas tem planeado para muito curto prazo uma iniciativa de trazer promotores de turismo ao Sabugal. Ouvi falar na ideia, achei-a interessante mas nunca pensei que tinha a dimensão que tinha. Já nesta semana, em Lisboa, tive oportunidade de falar com um dos tais promotores turísticos, do grupo de 30 ou 40 que vêm cá no próximo fim-de-semana, e quero dizer a esta assembleia e aos intervenientes, que pela parte que me toca e dentro das minhas limitadíssimas possibilidades, lhes darei o meu total e incondicional apoio, porque penso que é isso que é preciso de todos nós.

Para concluir, dirijo-me diretamente ao senhor Presidente da Câmara, pedindo desculpa por mais uma vez insistir no assunto. É um pedido solene que eu lhe faço, senhor Presidente, faça tudo quanto estiver ao seu alcance para tirar aquela “história” que está no centro do largo que o senhor bem conhece. Vá à PT, berre com eles, discuta com eles e diga-lhes que têm de tirar aquilo dali. Se as pessoas não ficassem sem telefones em casa, que ninguém tenha dúvidas, o poste já lá não estava. Isso é uma realidade de que o pessoal da PT tem conhecimento. Só que eles estão cientes de que ninguém ali mexe, porque se alguém mexer são os velhinhos que ficam sem telefones. Senhor Presidente peço-lhe encarecidamente, resolva aquela situação”-----

Roberto Silva, depois de cumprimentar os presentes disse: *“para alguém da minha idade, falar do 25 de ABRIL, é sempre muito ingrato porque o que eu possa saber do 25 de Abril e do período da ditadura é sempre pelos livros.*



Tive a sorte de nascer em democracia mas, não sei se poderei continuar a viver em democracia com o rumo que este país leva. Andamo-nos a preocupar muito com assuntos de freguesia e com outras pequeninas coisas, quando há problemas bem maiores que merecem ser discutidos.

Queria agora colocar uma questão ao senhor Presidente, relacionada com o projeto Ofélia Club. Tenho lido algumas notícias de negócios que não correram bem em algumas autarquias, e gostava de saber o ponto da situação, no Sabugal.

Relativamente ao corte das árvores tenho a dizer que se as árvores estão velhas há sempre árvores novas que se podem plantar. Penso que não é difícil e os custos são poucos.

Relativamente à segurança das capeias arraianas, já na altura tinha referido que há formas, umas mais simples que outras, de se resolver isso. Não consigo ainda compreender qual a forma que as organizações das ditas capeias querem e estão dispostas a adotar.-----

Francisco Barrios, tomou a palavra para dizer que a primeira questão que queria abordar se prendia com o alargamento do cemitério de Aldeia do Bispo. Falava dessa obra porque não era uma obra da Junta de Freguesia. De conformidade com a lei a construção, reparação, alargamento de cemitérios são da responsabilidade da Câmara. Este processo tinha começado há cerca de 4 anos. Já lá estava o saibrão e era preciso agora mudar três muros. A Junta de Freguesia já tivera de rebentar com um passeio arranjar uma fila de 7 ou 8 sepulturas. A este ritmo, encher-se-ia o cemitério e não haveria cemitério. Só via uma solução: como a responsabilidade era da câmara, esta pagar o excesso de urnas especiais e guardar as urnas em jazigo. Nem ele nem a Junta de freguesia, seguramente, admitiam a ideia de regressar ao cemitério velho desativado há 50 anos. Que a anterior ampliação do cemitério tinha sido feita, no tempo do Dr. Joaquim Portas, com fundamento em estudos elaborados pelo GAT da Guarda. “ *Na altura acompanhei a obra porque fazia parte da Junta e aquilo nem andou rápido nem lento, andou a um passo normal. Era uma altura em que o Dr. Portas estava sozinho na Câmara, não tinha vereadores, não tinha assessores, não tinha secretários, não tinha chefes de gabinete, e havia mais gente no concelho para governar... e aquilo andou a um passo normal. Estou preocupado como está preocupada toda a gente da aldeia.*

Relativamente ao abastecimento de água, Aldeia do Bispo era abastecida por águas das nascentes, depois, passou a ser abastecida pelas Águas do Zêzere e Côa, e há dias, desligaram a rede das Águas do Zêzere e Côa e ligaram de novo às nascentes. Parece-me que as Águas do Zêzere e Côa pegam de empurrão, lembra-me aqueles carros velhos de 40/50 anos. Parece-me que nas Águas do Zêzere, cada diabo empurra para seu lado, um para a esquerda e outro para a direita, outro para a frente e outro para trás.



Quando estiveram a fazer os esgotos de Aldeia do Bispo, estava eu na Junta, primeiro faziam uma ETAR em Aldeia do Bispo, passado uns dias já não se faz em Aldeia do Bispo, manda-se para a Lageosa, passado mais uns dias, pensaram melhor, e vai tudo para Aldeia Velha. Só que aí é preciso bombar tudo. Então bombem, e até ficava aliviado! Depois acabou por ir para o meio da Lageosa e Aldeia Velha. Em resumo as águas primeiro iam pelos Foios, depois por Aldeia Velha, depois já iam por Aldeia Velha via caminho do Soito, acabando por ir pelos Foios. 4 ou 5 vezes mudaram de ideias.

Agora, Aldeia do Bispo está a ser abastecido pelas águas das nascentes e vai ao depósito. O depósito está uma cesta rota, e pergunto: como é que fazem as análises e o tratamento da água? Depois há outra coisa. Aldeia do Bispo, é uma terra limítrofe dos Foios, as Águas do Zêzere e Côa construíram um depósito grande, no Malhão, entre Aldeia do Bispo e Foios. Para os Foios vai diretamente para a rede, para Aldeia do Bispo vai ao depósito. O depósito dos Foios está bom, o nosso está roto. Depois não há pressão nas partes altas. Isto é uma autêntica anedota. Mas vou estar atento às análises, porque o que eu quero é que Aldeia do Bispo tenha água própria para consumo.

Pela última vez vou falar de um assunto que me é muito querido, que são as capeias. Quem vai às capeias sabe que a parte principal da capeia, é o encerro. Há muito mais gente no encerro do que na capeia, e até se ouve frequentemente as pessoas dizerem, fui ao encerro mas à tarde já não vou. O encerro é a parte mais bonita do espetáculo, com cavalos, cavaleiros e a multidão a fugir à frente dos touros.

A capeia é um espetáculo em que, da Nave para cá, é raro ver uma pessoa numa capeia, porque não gostam. Achem o espetáculo monótono, o touro demora muito a sair, depois demora muito a entrar... para elas é um espetáculo fastidioso,

Quando tiramos a capeia daqui, é um desastre total. Recordo-me de há uns anos quando o Manuel Rito era Vice-Presidente, se ter feito uma capeia numa localidade em Espanha. Lá carregámos o forcão às costas e seguimos para Espanha, a pensar que íamos a fazer uma grande figura, e acabámos fazendo uma figura triste. Lá estávamos nós a pegar ao forcão. Eu também era dos que lá estava, a pensar que mal se abrissem as portas do curral, saía de lá um touro de 500 ou 600 quilos mas... mal abriram as portas saiu de lá um bezerro, ou melhor um bezerrote, que mais parecia um coelho, e ali estivemos nós envergonhados, a esperar o coelho e, depois inverteram-se os papéis... quem estava dentro queria que o touro marrasse, o touro não tinha força para se aguentar nas pernas, quanto mais para marrar, e acabou por ser o forcão a marrar o touro. Resultado, uma assobiadela monumental.



Há 7/8 anos, no Ribatejo, a Casa do Concelho, organizou uma capeia. A praça estava cheia, cerca de 7 mil pessoas. Era à borla! Ao fim do primeiro touro começou gente a sair, ao fim do segundo mais gente a sair, ao fim do terceiro mais gente ainda a sair. Um touro marra o forcão e cai. Um sentou-se em cima das costas do touro, outro deu-lhe um pontapé, outro atou-lhe o rabo, bom.... outra assobiadela monumental, enfim!

Acho que a capeia é uma mais-valia se for um espetáculo que só possa ser feito aqui, e não noutro lado qualquer. Faltam os palanques, os carros de bois, faltam essas rodas para onde a rapaziada foge, faltam os assobios, faltam as mulheres de 70 anos para cima que, não perdem pitada da capeia, não há amendoeiras, não há as tabernas ambulantes, essas tabernas tão típicas com os placares feitos de papelão e com os dizeres que, em 6 palavras, tem 6 erros ortográficos...

Consgo entender a posição da Câmara. É cómodo. Há uns indivíduos que querem fazer uma capeia não sei aonde. A câmara disponibiliza o camião, leva o forcão e são 30 que ficam satisfeitos.!

Entendo que a Câmara deve fazer uma reflexão sobre isto, e se, de cada vez que o forcão sai, a câmara chegar à conclusão que é para bem, deve ajudar. Se a câmara chegar à conclusão que é para mal, não deve ajudar. Deve-se tomar uma posição ou para bem ou para mal.

Na altura também estava a favor da Capeia fora da raia mas, mudei de ideias. A experiência disse-me que tinha de mudar de ideias e mudei".-----

Carlos Alberto que depois de cumprimentar os presentes disse: “*gostava de perguntar muito diretamente ao senhor Presidente da Câmara, o que se passa com a Sabugal+. O relatório de Gestão da Sabugal+, referente ao ano de 2011 foi reprovado em reunião de câmara. Não podemos deixar de estar solidários com o que, no cumprimento do mandato para que foram eleitos, os vereadores do partido socialista não temeram em reprovar um documento a provar que o Concelho de Administração da E.M. Sabugal+, nomeado pelo senhor Presidente, utilizou o dinheiro dos contribuintes de forma ineficiente e sem atender à real situação do município do Sabugal.*

A Administração da E.M. Sabugal+, comportou-se como se tivesse poder para gastar o que não tem, no pressuposto de que o dinheiro havia de aparecer de algum lado. Mal gerida a empresa, continuou durante o ano de 2011 a engordar, atingindo as quatro dezenas de funcionários, não contando com o pessoal contratado para as Termas do Cró, chegando os encargos com o pessoal aos 700 mil euros. Mas isto não quer dizer que se optou por fazer as coisas com a prata da casa, pois o fornecimento de serviços externos, cresceu entre 2010 e 2011 mais de 2/3. Mal gerida a empresa chega ao fim do ano 2011, com um passivo total de 243.000,00€, mais 49% que em 2010. Mal gerida a empresa chega ao

fim de 2011, com um resultado liquido negativo de 110 mil euros contra um resultado positivo de 9.500,00€ em 2010.

Estamos nós ao lado dos vereadores do Partido Socialista, no seu voto contra porque este facto reporta também um facto de maior gravidade, e que se refere ao facto de já serem dados como perdidos os 110.000,00€ que a empresa enterrou na Côacamping, Mas onde está esse dinheiro? Em que situação está a Coacamping? Faliu? Encerrou a sua atividade? O parceiro privado não tem qualquer responsabilidade nisso? O Município esbanjou 110.000,00€. São perguntas que faço. Não estou a fazer afirmações, estou a fazer perguntas para as quais gostava de ser esclarecido. Eis as perguntas que colocaria para que ninguém diga que não sabe:

- 1. Como vai o Município realizar a transferência financeira a que é obrigado por lei para equilibrar os resultados?*
- 2. O que vai deixar de ser feito para dar cobertura a uma gestão errada da Sabugal+?*

Penso eu que foi por isto que os vereadores do Partido Socialista votaram contra o Relatório das Contas 2011 apresentado pela Administração da Sabugal+. Posição com a qual, repetimos, o Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal, está de total acordo.

Mas, não podemos nem devemos ignorar que a atuação desta Administração, presidida pela Vice-presidente do Município, integrando ainda mais um vereador do PSD, não teria sido possível sem a conivência e o acordo do senhor Presidente e, portanto, em última análise, o que é apresentado é o resultado das opções políticas erradas do senhor Presidente e dos seus mais diretos colaboradores.

As contas da E.M. Sabugal+, como todos nós sabemos, não têm que ser discutidas e votadas nesta Assembleia Municipal, porque se o fossem teriam com certeza o nosso voto contra. Não podemos no entanto, deixar de recomendar ao senhor Presidente e ao Conselho de Administração daquela empresa, que saibam retirar as ilações do resultado da votação em reunião de câmara.”-----

Tendo terminado as intervenções o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, em resposta a:

Presidente da Junta de Sabugal disse que “*relativamente à reorganização do Mapa Judiciário e a proposta de encerramento de Tribunais, tive uma reunião em Lisboa no dia 16 de março, onde fiz o melhor que pude com a colaboração de alguns elementos da assembleia e profissionais do ramo, nomeadamente a senhora juíza do Tribunal do Sabugal, e fiquei claramente convencido de que seria*

possível evitar esse encerramento face à nossa geografia, preponderância e influência regional. Gostaria de receber essa notícia, que de imediato a transmitiria.

*Já estupefacto fiquei quando ouvi dizer que a **Repartição de Finanças** também iria encerrar. Oficialmente a Câmara não sabe de nada. Tenho conhecimento, das reuniões tidas com outros presidentes, que irá haver o encerramento de algumas Repartições de Finanças no Distrito, mas o Sabugal nunca foi referenciado.*

*Relativamente às **obras do Rio**, desconheço as notas referidas em relação aos terrenos. É uma obra que foi adjudicada por 536.000,00€, mais a aquisição de terrenos que se iriam adquirir “à posteriori”, desde a Praia Fluvial até aqui junto à Ponte Açude.*

A obra está a decorrer dentro da normalidade apesar de ser uma obra complexa porque intervém junto ao leito do rio, podendo a qualquer momento, por avaliação técnica, sofrer algumas ligeiras alterações/melhorias. Pretende-se que a sua execução seja rápida porque é uma obra candidatada a fundos comunitários e se não se fizer poderá vir a haver problemas, o que não se deseja.

*Quero também deixar aqui a minha nota responsável relativamente ao deputado europeu, **Miguel Portas**, ao seu trabalho político e àquilo que representava para muitos”.*

***António Galhano** “ tem falado várias vezes na **capeia arraiana** e o encerro de Aldeia da Ponte em que aconteceu mais uma situação de lamentar. Como tenho vindo a dizer a Câmara tem dois Veterinários que têm sido alertados para as suas responsabilidades também nesse apoio. Tudo farei para que não deixem de cumprir com a sua responsabilidade”.*

***António Gata** “sobre o caravanismo. Obviamente que tudo o que se fizer para trazer pessoas e que essas pessoas se sintam cá bem e usufruam dos nossos patrimónios, é excelente. Os Foios fizeram-no. O Município também tem uma extensão desse tipo na Sede de Concelho. Há outras Freguesias que sei que também têm esse projeto em desenvolvimento. O Concelho é enorme e cabem todos. É necessário fazer esse trabalho porque efetivamente turismo também é futuro, e o facto de acarinhar quem nos visita é extremamente importante.*

Relativamente à questão da PT - como sabe, desde as obras de Vilar Maior, que há um “ajuste de contas” pendente com a PT, porque ela não terminou o seu trabalho e vou intervir diretamente, no sentido de tentar resolver a questão colocada.”

***Roberto Meleira - Ofélia Club.** “Não há nenhum vínculo contratual entre a Câmara Municipal e o promotor e isso já foi dito várias vezes. Há conversas, acordos de cavalheiros e, de certa forma, a*



responsabilização de uns e de outros trabalharem em prol do projeto, mas não há nenhum contrato escrito”. Continuamos a desenvolver esforços para que a situação da implantação do Aldeamento seja possível, e, precisamente nesse sentido, na sexta-feira, sofreu mais um passinho, no sentido de ser resolvido na Secretaria de Estado de Ordenamento do Território. Penso que é mais uma situação que brevemente vos poderei anunciar, como publicado em Diário da República o que permitirá ao investidor avançar com o empreendimento, colocando na Câmara o projeto exatamente como ele o quer e como acha que é rentável.

A questão das árvores, de que também falou João Manata. O serviço já apresentou o projeto para a alteração à Praça da República, junto à Fonte. No entanto foi-lhe pedido que, conjuntamente, trabalhassem o projeto tendo em atenção a Avenida das Tílias, que é uma preocupação do executivo, possibilitando, caso venha a haver orçamento, o melhoramento dos dois locais”.

Francisco Barrios. *” Fez algumas considerações em que pôs em questão o país que temos, as Águas do Zêzere e Côa, os sistemas e a forma como nos relacionamos uns com os outros. Mas, também queria dizer-lhe que relativamente aos cemitérios, porque levantou essa questão, há uma tentativa do Município, de controle da despesa, de desenvolver, por administração direta, algumas obras. Estou a falar do cemitério de Aldeia do Bispo, Aldeia Velha e Vale de Espinho. Portanto, são três situações que nos preocupam e que vamos tentar, dentro das possibilidades e com o equipamento municipal, dar um avanço. É óbvio que, se não houver coordenação de uns serviços com outros, poderá haver quebras da execução da obra.*

Para mim é novidade as Águas do Zêzere e Côa fazerem abastecimento com água de furos ou poços de captações antigas da Junta de Freguesia. Vou avaliar e depois verificar o que é que levou a que isso acontecesse e, com certeza, dentro das minhas possibilidades intervir”.

Carlos Alberto. *“ Nós começámos uma reunião de câmara hoje às 10 horas da manhã e terminou meia hora antes desta Assembleia Municipal. A votação de que está a falar, ocorreu às 19:15 horas. Como é que você já tinha um documento tão bem preparadinho para chegar aqui e falar!? Já estou habituado a que haja gente que pergunta e responde, e o senhor perguntou e respondeu. Então já deu as respostas todas. Já não precisa de perguntar nada. Agora digo-lhe, haja respeito, haja rigor no que se diz. Não é justo que pessoas que diariamente dedicam 24 horas para a causa pública e que tentam fazer o seu melhor, e fazem-no com certeza, haja uma tentativa de chegar a esta assembleia, e pôr em causa pessoas. É intolerável que isto aconteça”.*

Lei dos Compromissos – *“senhores Presidentes de Junta. Para a maioria dos elementos que estão nesta sala, falar de lei dos compromissos é não dizer nada mas, de qualquer forma, vou fazer um*



pequeno resumo. A lei dos compromissos é uma lei (Lei nº 8/2012 de 21/02), sobre a qual se aguarda ainda regulamentação, e que pretende responsabilizar os municípios de forma a não assumirem despesa para além dos fundos disponíveis.

Por isso quero dizer-vos que esta é uma lei que vai fazer com que a Câmara do Sabugal e todas as Câmaras, (há um repúdio generalizado das Câmaras a nível nacional), que, vai haver câmaras que não vão ter possibilidade de pagar refeições e transportes escolares, porque não têm esses fundos disponíveis. Vai haver dificuldades e não vamos poder responder às questões das delegações de competências sem ter toda essa tramitação legal feita. Mas o que vai acontecer no Sabugal, vai acontecer em outros Municípios, e muito mais naqueles que efectivamente não têm sequer fundos disponíveis.

Estão aqui hoje uma série de documentos, para conhecimento e análise, de responsabilização essencialmente técnica que já vêm no seguimento dessa lei. Estão três declarações da Divisão Financeira e uma da Divisão de Execução no sentido já de dar cumprimento a essa lei.

Temos ainda a questão dos compromissos plurianuais já assumidos, em contratos de fornecimento contínuo, sobre a qual a assembleia se irá pronunciar, quando da análise da correspondente informação”.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que, terminado o período de Antes da Ordem do Dia, se passaria à: -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DECLARAÇÕES SOBRE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RECEBIMENTOS EM ATRASO E PAGAMENTOS EM ATRASO, INSCRITOS NO SISTEMA DE CONTABILIDADE AUTÁRQUICO EM 31/12/2011, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 15º DA LEI Nº 8/2011 DE 21 DE FEVEREIRO.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a Lei dos Compromissos (Lei nº 8/2012 de 21/02), obrigava a que fosse prestada informação à Assembleia e nesse sentido a Divisão Financeira tinha elaborado as informações que tinham sido enviadas com a ordem de trabalhos. Depois de explicar o conteúdo das mesmas, disse que estava à disposição para alguma pergunta que entendessem formular.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia pretendia intervir. Assim foi dada a palavra a



António Gata que disse: “Este é um ponto de extrema importância e o senhor Presidente teve o cuidado de dizer que, se calhar, a maior parte de nós não estava preparado para o entender na sua totalidade. Como é um assunto que não vai ser votado dou apenas a minha opinião.

Era importante que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse melhor a questão relacionada com as Águas de Zêzere e Côa, porque há aqui muita coisa que não consigo entender.

Há a questão das dívidas que a câmara tem por receber de 2005/2006 que não aparecem contabilizadas. Depois há falta de alguns mapas auxiliares que, por algum lapso ou por falta de tempo não foram entregues, e a pergunta que queria fazer ao senhor Presidente da Câmara era: foram tomadas as medidas necessárias no que toca às caducidades e às prescrições? Porque, sendo as dívidas de 2005/2006, e se não forem tomadas as medidas necessárias, não vale a pena vir para aqui a falar nelas. É pôr-lhe uma cruz em cima. São dívidas que estão completamente perdidas. Eram estas as questões sobre as quais pedia ao senhor Presidente mais esclarecimentos.”-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que “relativamente à questão das dívidas que referi, apenas são perdidas as dívidas antigas. Vão ser objeto de análise e de eventual anulação, por prescrição do prazo em que o pagamento poderia ser exigido. Neste momento estão a decorrer duas campanhas. Uma de corte de água a quem não paga e a outra a solicitação a todas as instituições, entidades, associações, juntas de freguesia, coletividades, para que se dirijam à Câmara a fazer contrato de água, para nós também conseguirmos aferir, perante o operador - Águas do Zêzere e Côa, o que efetivamente são perdas e o que é consumo. Esse rigor na análise também tem que ser desenvolvido.

Se entenderem e relativamente à lei dos compromissos e à forma como a grande parte dos municípios vê esta situação, tenho aqui uma circular com a tomada de posição de algumas das comunidades intermunicipais incluindo a COMURBEIRAS. Tenho aqui a da comunidade intermunicipal do oeste, que relativamente à aplicação desta legislação às autarquias locais, a determinada altura refere: [a não ser assim, com a aplicação da Lei dos Compromissos e pagamentos em atrasos, podem ocorrer os piores cenários, como sejam a título de exemplo: crianças que ficam sem refeições nas escolas, os transportes escolares que correm o risco de paralisar, a recolha de lixo e pagamento de vencimento aos funcionários ficam comprometidos entre muitos outros]. Há várias câmaras em que isso vai acontecer. A Câmara de Sabugal não está nesse cenário mas diria que, num conjunto de referências, porque fazemos um trabalho de proximidade e a Junta de Freguesia ainda mais ... é óbvio que esta lei também se aplica às Juntas de Freguesias.



Digamos que, quem faz esses serviços de proximidade à população, as pessoas notam mais, e acredito que, nos próximos dias vão ouvir falar dessas questões a nível do país.

Se não alterarem nada, se não agilizarem processos relativamente aos municípios.... e bastava a obrigatoriedade dos pagamentos a 90 dias que não necessitavam nada de condicionar a atividade municipal. Esta Lei dos Compromissos foi, numa fase inicial orientada, dirigida para os institutos públicos e ministérios e vai ser agora aplicada às autarquias locais”. -----

António Gata disse: “*Eu neste caso tenho muitas dúvidas, e se o senhor Presidente puder esclareça-me apenas uma questão muito concreta. Quando uma entidade deixa de cobrar dinheiro que é de todos, e eu pergunto: os serviços da câmara municipal têm forma de garantir que as dívidas que aparecem, não entrem em prescrição?*”

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse: “*temos a penalização através do corte do serviço, a execução fiscal e, depois, os tribunais normais. Infelizmente, há muitas pessoas que não pagam. Umas porque não querem e podiam, outras, a grande maioria, porque têm dificuldades. Tentamos através de mecanismos de fracionamento de pagamento sem juros, fazer com que cumpram seus compromissos mas, mesmo assim não é fácil. De referir que quando falamos em dívidas, também é dessas que falamos, pois ainda é um montante significativo, de cerca de 80.000,00€”.-----*

Não havendo qualquer outro pedido de informação ficou então a assembleia informada, cumprindo-se assim o disposto no artº 15º da Lei nº08/2012 de 21 de Fevereiro. -----

PONTO 2 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO DESTINADA A OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, NO SÍTIO DA CORGA, FREGUESIA DE CERDEIRA DO CÔA, REQUERIDA POR HERMÍNIO JOÃO PIRES DE BRITO.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação do serviço da Divisão de Planeamento e Urbanismo era concisa, à semelhança de casos anteriores, e o que se pedia era uma declaração com o fim de possibilitar o licenciamento dum edifício destinado a oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis.

Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 3 – REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DO SABUGAL



O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projeto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas alterações que chegaram aos serviços, foram as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 11/04/2012, estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor.-----

Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 4 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO SABUGAL

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projeto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas alterações que tinham chegado aos serviços, tinham sido as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 11/04/2012, estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor.-----

Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade.-----

PONTO 5 – REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E DO CENTRO DE ESTUDOS PINHARANDA GOMES

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projeto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas alterações que chegaram aos serviços, foram as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 11/04/2012, estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor.

Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 6 – REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS DE INTERESSE MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projeto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas alterações que chegaram aos serviços, foram as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 11/04/2012, estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor.



Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade.-----

PONTO 7 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS – TRANSPORTE EM TAXI, DO CONCELHO DO SABUGAL.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o projeto deste regulamento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e colocado em discussão pública. Na sequência de algumas chegadas que chegaram aos serviços, foram as mesmas acolhidas e vertidas no regulamento definitivo que foi aprovado em reunião de Câmara em 22/06/2011 estando aqui para ser aprovado, conforme disposição legal em vigor.-----

Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação, tendo o mesmo sido **aprovado**, por unanimidade.-----

PONTO 8 – 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011-2015 E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2012.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que esta revisão não refletia entrada de receita. Refletia apenas a movimentação entre rubricas insuficientemente dotadas bem como a inscrição de rubricas novas, por se ter detetado que não constavam do plano e orçamento como por exemplo a rubrica com pessoal em regime de tarefa ou avença, pela necessidade de admitir técnicos de determinadas especialidades, em regime de avença; a rubrica referente a - Sociedades Financeiras Privadas - para apoio à criação de postos de trabalho, porque havia uma empresa local que tinha pedido esse apoio (Minipreço) e, relativamente ao sistema de drenagem de águas residuais, havia duas ou três situações que não estavam em plano e era necessário incluir-se como por exemplo a ampliação de rede na freguesia da Bendada e na freguesia de Cerdeira do Côa.

Das rubricas insuficientemente dotadas, em que se aproveitou a revisão para as reforçar, constava a rubrica para aquisição de edificios municipais

Que para Junho se previa uma outra revisão, que incluiria o saldo de gerência de 2011, de cerca de um milhão e seiscentos mil euros, assim que a prestação de contas fosse aprovada. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:



Roberto Lavrador que depois de cumprimentar os presentes disse: “ *o senhor Presidente falou de uma rubrica de apoio à contratação de postos de trabalho e queria, se possível, que me explicasse quais os moldes desse apoio*”.

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que era um apoio já há muitos anos concedido pela Câmara às empresas que, no concelho criassem 10 ou mais postos de trabalho. Este apoio tinha como base legal o Regulamento da Zona Industrial do Sabugal e era de 1.000,00€ por posto de trabalho criado. Este regulamento estaria em vigor até que fosse revogado. No entanto, tinha sido aprovado o regulamento de Apoio a Iniciativas de Interesse Municipal que, de futuro, passaria a regulamentar este tipo de apoio. -----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento a votação que foi **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 9 – APRECIÇÃO DAS CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2011 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que fez a apresentação das contas em diapositivos que, se dão por inteiramente reproduzidos e se juntam à ata. Terminada a apresentação o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:

Nuno Teixeira que disse:

“Depois desta apresentação, tenho que dizer que, em dezembro de 2010, já o Grupo do Partido Socialista votou contra as propostas orçamentais apresentadas pelo senhor Presidente para o ano 2011. Nessa altura votámos contra porque, não nos revíamos nessas propostas que foram apresentadas e, considerando que as mesmas não contribuíram para a construção de um concelho do Sabugal melhor. Também não tínhamos dúvidas que se tratava de um plano irrealista que, durante o ano 2011 iria pouco a pouco, de uma forma ou de outra sendo abandonado, infelizmente este relatório que agora foi aqui apresentado vem nos dar total razão e de uma forma mais cruel do que a que seria de esperar. Acho que não adianta dizer que, as Juntas de Freguesia e a Sabugal+ desenvolvem atividades relevantes, pois isso já todos sabíamos e sobretudo as Juntas de Freguesia fariam ainda mais se a maior verba e mais competências lhes fossem delegadas mas, vamos então aguardar que a tal máquina seja oleada e bem oleada para que isso venha a ser possível. Mas, também não estamos aqui para analisar o trabalho feito por essas entidades, estamos para falar é do que o senhor Presidente fez ou não fez. Infelizmente o relatório apresentado é um espelho fiel do que foi a atividade deste Município durante o ano de 2011, numa confirmação clara de que o senhor Presidente não demonstrou uma estratégia para o desenvolvimento do concelho do Sabugal. Como diziam os Vereadores do Partido Socialista, em reunião de câmara, quando não se tem uma estratégia, quando



se gere o dia-a-dia sem perspectiva dos objetivos claros a atingir, quando se constrói um orçamento porque tem que se construir, sem perceber a importância que o mesmo tem para a construção de um concelho do Sabugal melhor, não se poderia esperar outro resultado. E, por tudo isto, para nós, Grupo Político do Partido Socialista, este é mais um momento triste, que revela o abismo para onde o senhor Presidente está a empurrar este concelho. E, se tudo isto já nos levava a não votar a favor. As informações que o senhor Presidente nos deu, e de que nós já dispúnhamos, porque, corrija-me se estou errado, a reunião de câmara de hoje era pública, daí termos tido tempo para elaborar estas intervenções. Aliás são intervenções que em 10 minutos se fazem. Portanto, as informações que o senhor nos deu de que, um grave erro técnico pode transformar estas contas numa ilegalidade, digo eu, não nos deixa, como não deixou aos nossos vereadores outra alternativa, senão votar contra”. ----

José Robalo, depois de cumprimentar os presentes disse: “ o momento histórico que acabámos de celebrar, que foi o 25 de abril, merecia da nossa parte também alguma reflexão. Claro que o 25 de abril nos trouxe muita coisa, e é essa coisa boa que nós devemos preservar. Mas, também acabou com muita coisa má. E uma das coisas más com que acabou foi com uma figura que era das coisas mais terríveis que tinha a ditadura. Era aquilo a que chamavam os “bufos”. Os “bufos” eram aqueles que no anonimato denunciavam, falavam, faziam com que, muitas vezes, os democratas fossem presos, muitas vezes sem culpa formada e sem saber porquê, e o 25 de abril, supostamente, tinha acabado com essa realidade mas ... enfim. Só por isso valeu a pena!

Quanto ao documento que estamos a analisar, gostaria de ver o Partido Socialista, porque é o partido maioritário no concelho, em termos de oposição, fazer de facto uma oposição, e uma oposição pela positiva na minha perspectiva. Gostaria de não ouvir todos os anos, na mesma altura, sempre os mesmos discursos, sempre a mesma linguagem, sempre aquele discurso negativo. Gostaria que o Partido Socialista dissesse, como oposição, qual a grande estratégia que tem para o concelho. Sinceramente gostaria que trouxessem aqui ideias e não viessem sempre com o discurso, já gasto, que nada trás de novo, porque todos nós tínhamos a ganhar com isso. Depois queria dar os parabéns ao executivo pela forma como tem “levado a carta a Garcia”, contra ventos e marés, na situação em que o país se encontra, de grandes dificuldades económicas e financeiras

Depois, pela constituição do executivo em que a presidência se encontra em minoria e com todas aquelas dificuldades, penso que nesse contexto devíamos todos dar as mãos e lutarmos para que o concelho crescesse cada vez mais e tivéssemos orgulho de viver nesta terra, dar os parabéns ao executivo pela forma abnegada como tem feito esse desenvolvimento.

Finalmente, e relativamente às reuniões públicas queria dizer que está previsto em legislação a figura de sigilo profissional. Por exemplo em relação às sociedades anónimas, os administradores tem o dever de sigilo sobre o que se discute e se sabe, porque no exercício das suas funções têm

conhecimento de determinados factos: por exemplo quando alguém compra ações de uma determinada sociedade por ter informação privilegiada dos administradores, isso constitui crime.

Penso que, quando assumimos lugares políticos, nomeadamente no executivo, fazemos um juramento de fidelidade ao concelho e sobre nós impõem determinados deveres e respeito pelas funções que desempenhamos.

Deve haver sigilo nalgumas decisões e não vir para a praça pública enxovalhar, porque quando estamos a enxovalhar é o concelho que perde. Não sou eu, nem é este ou aquele, é o concelho, é a nossa terra que perde. Acho que devíamos ter um bocadinho mais de cuidado e de elevação no debate político.”-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento relativo à **Prestação de Contas do ano de 2011 e Aplicação dos Resultados Líquidos** a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 31 votos a favor, 11 abstenções e 18 votos contra. -----

PONTO 10 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ALC) DO Nº 1 DO ARTº 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu a informação prestada pelo serviço e que se transcreve:

**“ ASSUNTO: Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal
(órgão deliberativo do Município)**

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 20 000 contos (99.759,58 €) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*



Considerando que, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local.

Considerando que a alínea a) do n.º 1 do art.º 6.º determina igual normativo para as entidades da Administração Central condicionando a assunção de compromissos plurianuais a decisão prévia conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados.

Face aos considerandos enunciados propõe-se que, em face do exposto, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supracitados, procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Sector Público Administrativo, a Assembleia Municipal de Sabugal delibere (em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho):

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;

b. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.”

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2012.”-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo intervenções pôs o assunto a votação que foi **aprovado**, por unanimidade. -----

PONTO 11 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. Aproveitou para responder a uma questão colocada por João Manata a que se tinha esquecido de responder. Assim, disse: “*o espaço ao lado do museu e auditório, era um conjunto de edificações em estado avançado de degradação que foram demolidas e que foi mandado executar um projeto de ampliação de galeria técnica, de apoio ao museu e auditório e também para serviços municipais. O projeto está praticamente concluído, mas entendo que não é uma prioridade para o município avançar com este projecto, salvo se houver alguma candidatura no âmbito da Modernização Administrativa. O projeto existe, mas agora apenas faremos o tratamento do espaço para ser relvado ou arborizado. Neste momento não faremos mais nenhum tipo de intervenção porque não há financiamento. Caso contrário é um projeto que existe mas, considero eu e quem me acompanha que não é prioritário neste momento.* -----

Não havendo mais intervenções passou-se ao último ponto da ordem de trabalhos. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

José Teles que, depois de cumprimentar os presentes, falou sobre alguns dos pontos constantes do processo que entregou aos membros da Mesa da Assembleia e do Executivo Municipal. Assim referiu:

- A possibilidade de se fazer um repovoamento com pinheiros no zona onde se realizam os mercados e feiras;
- O facto de quando chove, as sargetas da Av. Jeremias Amaral Dias não darem escoamento às águas por se encontrarem atascadas de lixo;
- O desleixo em que se encontra o Mercado Municipal;
- Dívida às Águas de Zêzere e Côa;
- O abandono em que se encontra a Fonte Municipal que data de 1904;
- A situação em que se encontra o Cemitério Municipal;
- O Estado do Rio Côa junto da Ponte Nova;
- Quais os benefícios directos e indirectos que a barragem trouxe quando havia Câmaras a tirar benefícios de situações idênticas;
- Qual o ponto da situação do Parque de Campismo;



- A situação em que se encontravam os contentores do lixo, nomeadamente junto à Igreja da Misericórdia;
- A requalificação actual das Margens do Rio Côa;
- A questão do percurso pedonal na barragem;
- Uma questão relacionada com a taxa de ocupação do Centro de Negócios do Soito.-----

Em resposta o **Presidente das Câmara** disse: *“dei uma vista de olhos ao processo entregue e uma grande parte das questões aqui colocadas estão explanadas nesse documento. Tentarei esclarecer alguns pontos. Assim, relativamente às Águas de Zêzere e Côa, o documento foi enviado à senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território no dia 15/03/2012 e, a determinada altura, referimos que temos um litígio com as Águas do Zêzere e Côa, que reclama um pagamento de 1.400.000,00€, sendo ela devedora de 1.286.359,07€, portanto foi isto que lhe foi enviado.*

Relativamente à questão das empresas municipais, refiro que para desenvolver atividades, promover o território, e fazer desenvolver as ações os 40 funcionários eram um investimento e não um custo.

A questão do plano e orçamento, de não ter apreendido na totalidade aquilo que eu transmiti, deve-se também ao facto obviamente de eu ter estado a falar para uma plateia que pensava eu, que foi distribuído o documento há cerca de 10 dias e que o tinham lido, o que não era o caso do Sr. Dr. Teles, por isso peço desculpa.

Também falou da via pedonal, da barragem, da envolvente à barragem. Tratou-se de uma candidatura aprovada, com financiamento a 85%. É daquelas obras que foi posta a concurso por 343.000,00€, concorreram muitas empresas e foi adjudicada por 145.000,00€. Este projeto resultou de uma “oferta” do INAG. Este devia à Câmara 75.000,00€, por ter executado em 2005/2006/2007 e publicado em 2008 o Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal. Como não tinham dinheiro entregaram-nos um projeto da envolvente à barragem.

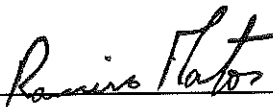
É extremamente importante desenvolver um projeto destes. São 30 kms de ciclovia e pedonal. Vai ter alguns pontos de interesse, no enriquecimento dos quais estão a colaborar os funcionários da Câmara ligados a essas áreas. Quando da implantação dos trabalhos verificou-se que havia zonas que poderiam ficar inundadas e solicitou-se ao dono do projeto que fosse feita uma alteração para evitar que a obra continuasse, nas condições do projeto inicial.


Este é o ponto da situação. O que a câmara fez foi suspender por 60 dias a execução dos trabalhos, para regularizar essa situação Espero que, desde o Sabugal, passando pela Sr.ª da Graça,



requalificando o espaço, requalificando a zona de lazer da Sr.ª da Graça, qualificando a Margem Esquerda do Côa se consiga chegar a Malcata. -----

Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** eram onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia, 
Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Técnica Superior, 
M.ª Teresa Marques